Número 266/96
I - B

SÉRIE

Esta 1.ª série do *Diário* da *República* é apenas constituída pela parte B



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e para a Qualificação e o Emprego

Portaria n.º 669/96:

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

Portaria n.º 670/96:

Ministério da Educação

Portaria n.º 671/96:

Altera o plano de estudos e a regulamentação do curso de estudos superiores especializados em Orientação Pedagógica ministrado pela Escola Superior da Educação do Instituto Politécnico de Beja

4156

Portaria n.º 672/96:

4157

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E PARA A QUALIFICAÇÃO E O EMPREGO

Portaria n.º 669/96

de 16 de Novembro

O Decreto-Lei n.º 247/92, de 7 de Novembro, define e regula os critérios a que devem obedecer a gestão e recolocação dos funcionários e agentes da função pública constituídos em excedentes.

No Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho encontram-se a exercer funções há mais de um ano, na situação de requisitados, cinco funcionários pertencentes ao quadro de efectivos interdepartamentais criado junto da Direcção-Geral da Administração Pública.

Mantendo-se as necessidades de serviço que estiveram na base da sua afectação, importa criar os correspondentes lugares no respectivo quadro de pessoal. Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 247/92, de 7 de Novembro, e no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de Junho:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças, para a Qualificação e o Emprego e Adjunto, que sejam criados no quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho, aprovado pela Portaria n.º 596-B/93, de 21 de Junho, um lugar de chefe de secção, dois lugares de primeiro-oficial e dois lugares de segundo-oficial, a extinguir quando vagarem.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e para a Qualificação e o Emprego.

Assinada em 17 de Outubro de 1996.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa,* Secretária de Estado do Orçamento. — Pela Ministra para a Qualificação e o Emprego, *António de Lemos Monteiro Fernandes,* Secretário de Estado do Trabalho. — Pelo Ministro Adjunto, *Fausto de Sousa Correia,* Secretário de Estado da Administração Pública.

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Portaria n.º 670/96

de 16 de Novembro

A Assembleia Municipal de Oliveira de Frades aprovou, em 30 de Novembro de 1995, uma alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira de Frades, no município de Oliveira de Frades, ratificado pela Portaria n.º 745/93, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 194, de 19 de Agosto de 1993.

Esta alteração consiste na unificação de vários lotes e na supressão ou alteração de alguns arruamentos de acesso às parcelas, pelo que se enquadra na previsão do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, uma vez que não implica alteração aos princípios de uso, ocupação e transformação dos solos subjacentes à elaboração daquele Plano.

À alteração em causa carece de ratificação, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 20.º do mesmo diploma legal.

Foram obtidos pareceres favoráveis da Comissão de Coordenação da Região do Centro, da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro e da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 3.º e no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 211/92, de 8 de Outubro, e no uso da delegação de competências conferida pelo Despacho n.º 48/96 do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 21 de Março de 1996:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, que seja ratificada a alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira de Frades, no município de Oliveira de Frades, cujo quadro geral de lotes e planta de síntese reformulados se publicam em anexo à presente portaria, dela fazendo parte integrante.

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Assinada em 14 de Outubro de 1996.

O Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, *José Augusto de Carvalho.*

	- QUAD	RO GER	AL DE	LOTES			
No. () 10.	DESIGNAÇÃO	COTAS MPLANTAÇÃO	COTAS ANEA		PERCENTAGEN	41188488850	
	MIMALHA		18 000	8 100	46		
2		502.00	9 900	4 455	4.5	10m da zona de protecção	
3/34	MAGNAUTO	-	9 540	4 293	46		
38	AUTOELECTRICO		6 560	2 502	4.6		
4	MULTILAFOES		9 500	4 276	46		
5	COFRADES		7 930	3 915 3 568	46		
6	JACOS ROHNER		9 750	4 388	46	10m de vedeção	
7	GESSOFRADES		3 660	1 597	46	·	
7 A	VOUGACARNES	-	3 600	1 620	48		
8	FRACEL	-	4 600	2 070	4.5	•	
9	IPEESTRADAS	489,50	6 250	2 813	46	10m de vedeção	
10		483.00	8 800	2 520	48	10m da vedação	
12		479.50	5 900 4 150	2 555	46	10m da vedação 10m da vedação	
13		480.00	2 720	1 224	46	10m da vedação	
13 A		476.00	3 020	1 359	46	10m de vedeção	
14	HESSICA		2 676	1 204	45		
14A		466.50	2 675	1 204	46	10m de vedação	
16	BORVICOY.	468.00	4 900	1 900	46		
17	SOPIL		13 360	J8 810 4 810	46		
18		506.50	4 460	2 007	46	10m da vedação	
19		612.00	7 520	3 384	46	10m da vedação	
20		509.50	6 600	2 925	45	10m da vedação	
21		512.50	4 500	2 025	46	10mda vedação	
22	CONSTLAF		4 500	2 026	46		
24	LACE		4 500	2 025	46		
25	IMAGAL	 	8 900 55 200	24 840	46		
28	JACOB ROHNER	513.50	9 000	4 060	45	10m da vedação	
27	PORTAX	-	10 100	4 545	46		
28	PAPALÉGUAS		8 750	3 938	46		
29	ITE8	- <u>-</u>	10 000	4 500	46		
30/31	IBEROPERFIL		14 750	5 753	. 39		
33		509.00	9 500	4 276 2 970	46	10m da vedação	
34/88	GUFARMA	- 510.00	6 600	2 970	46	10m da vedação	
36/38	RAÇÕES CLASSE		17 687	7 914	48		
37/38	ARMAZÉM DA C.M.O.FRADES	-	16 600	7 470	46		
39	EMICRUZ		5 900	2 666	46		
40		505.00	2 450	760	31	10m da vedação	
41	SERRIVOUGA	508.00	7 650	3 443	46	10m da vedação	
43	32777733	509.80	8 750	3 938	46	10m da vedação	
44/45	ASP	-	10 892	4 901	46		
46		505.00	1 550	702	17		
47		508.50	2 620	1 134	48	10m da vedação	
48		508.00	3 260	1 463	48	10m da vedação	
50		509.00	3 060	1 373	46	10m de vedeção	
51		509.50	3 000 2 500	1 170	46	10m da vedação	
52		509.00	2 500	1 126	46	10m da vedação 10m da vedação	
53		507.50	2 080	923	46	10m da vedação	
54		506.50	4 200	1 890	46	10m da vedação	
5.6		503.60	4 200	1 890	4.5	10m da vedeção	
56		60.1.60	4 360	1 958	46	10m da vedação	
57		497.00	2 000	900	48	10m da vedação	
58		492.00	5 760	2 745	46	10m da vedação 10m da vedação	
80		495.50	6 100	2 746	46	10m de vedeção	
81		498,50	5 600	2 620	46	10m da vedação	
84		498,60	4 700	2 115	46	10m da vedação	
59/52/53/66/66/67/68/88/90	OLIGRAMA		46 000	20.250	46		
70	CARMO LDA		107 780	48 487	46		
71		522.00 521.00	8 600 7 000	3 825	46	10m da zona de protecção	
73			7 200	3 240	46	10m da zona de protecção	
74/75	GRAHIMUNDO	617,00	14 700	6 615	46	ioin us zons de protecção	
78/77	MARTIFER	-	10 150	4 568	46		
78		607.00	4 000	1 800	46	10m da vedação	
79		507.50	6 000	2 260	46	10m da vedação	
80		530.00	8 620	4 320	48	10m da vedação	
81	TRIDIFER.	<u>-</u>	30 800	13 880	46		
83	AVICLASSE	496.60	26 060	8 382	32	l ion do vada i i	
0.3	TOTAL	496 50	5 570 771 969	341 211	46	10m da vedação	
					_		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 671/96

de 16 de Novembro

Sob proposta do Instituto Politécnico de Beja e da sua Escola Superior de Educação;

Considerando o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro;

Ao abrigo do disposto na Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de Agosto, e no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Alteração

1 — O anexo I à Portaria n.º 918/91, de 4 de Setembro, que aprova o plano de estudos do curso de estudos superiores especializados em Orientação Pedagógica ministrado pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja, passa a ser o constante do anexo à presente portaria.

2 — À Portaria n.º 918/91 é aditado um n.º 16.º-A, com a seguinte redacção:

«16.º-A

Unidades curriculares de opção

1 — O número mínimo de alunos necessário ao funcionamento de cada uma das unidades curriculares de

opção é de 15, sem prejuízo de ser sempre assegurado o funcionamento de uma delas.

- 2 Exceptuam-se do disposto no n.º 1 os casos em que o docente assegure a docência para além do número máximo de horas de serviço de aulas a que é obrigado por lei sem encargos adicionais para o Instituto.
- 3 O elenco de disciplinas de opção a oferecer, a sua distribuição, as regras de escolha pelos alunos e o número máximo de inscrições a aceitar em cada uma são fixados pelo órgão competente da Escola.»

20

Entrada em funcionamento

A presente alteração entra em vigor a partir do ano lectivo de 1996-1997, inclusive.

3.°

Transição

As regras de transição entre o anterior plano de estudos e o plano de estudos fixado pela presente portaria são estabelecidas pelo conselho científico da Escola.

Ministério da Educação.

Assinada em 28 de Outubro de 1996.

Pelo Ministro da Educação, *Alfredo Jorge Silva*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

ANEXO I

(alteração à Portaria n.º 918/91, de 4 de Setembro)

Instituto Politécnico de Beja

Escola Superior de Educação

Curso: Orientação Pedagógica

Diploma de estudos superiores especializados

QUADRO N.º 1

1.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	Observações
Didáctica Específica História e Filosofia da Educação Psicologia Educacional Sociologia da Educação Organização e Administração Escolar Organização e Desenvolvimento Curricular Tecnologia Educativa Metodologia de Investigação Educacional Supervisão Pedagógica	1.° semestre 1.° semestre 1.° semestre 1.° semestre 2.° semestre 2.° semestre 2.° semestre		3 4 4 4 3 4 3 4 3			

Duração do semestre: 15 semanas lectivas efectivas. Duração do ano: 30 semanas lectivas efectivas.

QUADRO N.º 2

2.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	C t 4t	Observações
Projecto	1.º semestre 1.º semestre		10 4 4 3		3	(a)

(a) A escolher de entre um elenco de unidades curriculares de opção a fixar anualmente pelo conselho científico da Escola, nos termos do n.º 16.º-A.

Duração do semestre: 15 semanas lectivas efectivas. Duração do ano: 30 semanas lectivas efectivas.

Portaria n.º 672/96

de 16 de Novembro

Sob proposta dos órgãos legal e estatutariamente competentes dos estabelecimentos de ensino superior particular e cooperativo enumerados no anexo a esta portaria;

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 30.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Vagas

É aprovado para a candidatura à matrícula e inscrição, no ano lectivo de 1996-1997, nos cursos de estudos superiores especializados do ensino superior particular e cooperativo o número de vagas constante do anexo a esta portaria.

2.º

Contingentes

- 1 A distribuição das vagas por contingentes, quando prevista no diploma legal de autorização de funcionamento do curso, é fixada pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino.
- 2 As regras de reversão das vagas eventualmente não ocupadas de um ou mais contingentes são igualmente aprovadas pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino.

3.°

Novos pares estabelecimento/curso

As vagas referentes a pares estabelecimento/curso cujo funcionamento, a partir do ano lectivo de 1996-1997, venha ainda a ser autorizado são objecto de diploma separado.

4.°	Escola Superior de Educação de Torres Novas: Educação Especial			
Entrada em vigor				
Esta portaria entra em vigor na data da sua p cação.	ubli-	Escola Superior de Jornalismo — ESJ:		
-		Jornalismo Internacional	100	
Ministério da Educação.		Escola Superior de Electromecânica e Energia — IEE:		
Assinada em 31 de Outubro de 1996.		Engenharia Electromecânica	40	
Pelo Ministro da Educação, <i>Alfredo Jorge Silva,</i> Secretário de Estado do Ensino Superior.		Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais — IESF (Lisboa):		
Universidade Fernando Pessoa:	Vagas	Gestão Comercial Gestão Financeira	60 60	
Engenharia das Construções Civis Engenharia Publicitária Marketing	50 100 80	Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais — IESF (Porto):		
Relações e Cooperação Internacionais	80 90	Gestão Comercial	60 60	
Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich:		Instituto Superior de Novas Profissões — INP:		
Desenvolvimento Ético e Estético	40 30 70	Assessoria de Direcção e Administração	45 65 75	
Escola Superior de Artes Decorativas:	20	Instituto Português de Administração de Marketing — IPAM		
Artes Decorativas Portuguesas Design de Interiores Design de Mobiliário Urbano	30 30 30	(Porto): Gestão de Marketing	135	
Peritos em Arte — Mobiliário	30	Instituto Politécnico Autónomo — IPA:		
Escola Superior de Artes e Design — ESAD:		Auditoria e Revisão de Contas	75	
Design	120 30	Engenharia Civil Engenharia de Máquinas Engenharia e Gestão de Projectos e Obras	30 60 30	
Escola Superior de Educação de Almeida Garrett:		Informática de Gestão e Informática	100	
Administração e Gestão Escolar	60	Instituto Superior de Administração e Gestão — ISAG:		
Educação Física e Desporto Metodologia do Ensino da Matemática Metodologia do Ensino das Ciências	25 25 25	Gestão Financeira	120 100	
Escola Superior de Educação de Fafe:		Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes — ISAI:		
Administração Escolar	40	Interpretação e Tradução Simultânea	45	
Desenvolvimento Pessoal e Social e Educação Cívica Educação Visual e Tecnológica	40 50	Instituto Superior de Ciências Educativas — ISCE:		
Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada:		Administração Escolar	30	
Animação Cultural da Escola	50	Direcção de Instituições de Acção Social Escolar	30	
Direcção Pedagógica e Administração Escolar Educação Especial	80 120	Pedagogia Social	30 30	
Expressões Artísticas Integradas em Educação	50 50	Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração — ISCIA:		
Escola Superior de Educação Jean Piaget de Arcozelo:		Comércio Internacional	30	
Animação Cultural da Escola Direcção Pedagógica e Administração Escolar	35 40	Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo —		
Educação Especial Gestão das Artes na Cultura e na Educação	80 40	ISCET: Marketing Internacional e Promoção Turística	60	
Escola Superior de Educação de João de Deus:		Marketing Internacional e Promoção Turística Relações Públicas Empresariais	60	
Desenvolvimento Pessoal e Social	30 30	Instituto Superior de Entre Douro e Vouga — ISVOUGA:		
Investigação em Educação	30	Contabilidade e Ciências da Administração	60 45	
Escola Superior de Educação Jean Piaget de Arcozelo (Viseu):		Marketing e Relações Públicas Internacionais	60	
Educação Especial	60	Instituto Superior de Educação e Trabalho:		
Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti:		Administrador Escolar	90	
Educação Especial	40	Instituto Superior de Gestão Bancária:		
Escola Superior de Educação de Santa Maria:		Gestão Bancária	135	
Apoio Educativo	35			
Escola Superior de Enfermagem da Imaculada Conceição:		Instituto Superior de Línguas e Administração — ISLA: Assessoria de Administração	90	
Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica	30	Assessoria de Administração	30 30	

Instituto Superior da Maia — ISMAI:		Escola Superior de Desenvolvimento Social e Comunitário:	
ContabilidadeGestão de Pequenas e Médias Empresas	110 100	Turismo	50
Gestão de Recursos Humanos	100	Escola Superior de Ciência e Tecnologia:	
Informática de Gestão	100 100	Engenharia Electrónica e de Automação Engenharia Informática	50 50
Instituto Superior de Paços de Brandão — ISPAB:		Finanças Empresariais	50
Gestão e Contabilidade Relações Públicas e Internacionais	100 120	Instituto Superior de Psicologia Aplicada — ISPA:	
,	120	Reabilitação	45
Instituto Superior Politécnico Internacional — ISPI:		Saúde Mental Comunitária	45
Gestão Bancária e Gestão Seguradora	110 110	Instituto Superior de Tecnologias Avançadas — ISTEC:	
Segurança Social	60	Ciências da Informação	50



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85 ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e Regiões Autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 72\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

LOCAIS DE VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICAS

- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 1050 Lisboa Telef. (01)387 30 02 Fax (01)384 01 32
- Rua da Escola Politécnica, 135 1250 Lisboa Telef. (01)397 47 68 Fax (01)396 94 33
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16 1050 Lisboa Telef. (01)353 03 99 Fax (01)353 02 94
- Avenida de António José de Almeida (Centro Comercial S. João de Deus, Iojas 414 e 417)
 Telef. (01)796 55 44 Fax (01)797 68 72
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco 1070 Lisboa (Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
 Telef. (01)387 71 07 Fax (01)384 01 32
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 4050 Porto Telef. (02)31 91 66 Fax (02)200 85 79
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 3000 Coimbra Telef. (039)269 02 Fax (039)326 30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex